



ANEXO I DO EDITAL- TERMO DE REFERÊNCIA

Nº 0501.230924.01 –SAÚDE

1. INTRODUÇÃO

1.1. Objetivo

Este Termo de Referência tem por finalidade fornecer elementos necessários e suficientes, os quais, baseados nos dados constantes dos estudos técnicos preliminares acostados aos autos, servirão para realização de procedimento administrativo, cujas especificações técnicas e demais condições encontram-se detalhados no presente documento, conforme disposto nos arts. 6º, incs. X, XIII e XXIII, 18, 23, 40, 41 e 82, da Lei nº 14.133/2021, regulamentados pelo Decreto nº 450, de 28 de dezembro de 2023.

2.2. Integram o presente Termo de Referência como se nele estivessem escritos, os seguintes documentos:

- I) Definição dos lotes e especificações dos produtos;
- II) Relação dos documentos de habilitação para o procedimento; e
- III) Estudo Técnico Preliminar – ETP.

2. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS, EXPOSIÇÃO DE NECESSIDADE, DETALHAMENTO E PLANEJAMENTO DO OBJETO.

2.1. Órgão(s) Interessado(s):

SECRETARIA DE SAÚDE

2.2. Objeto:

AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO, HOSPITALAR E ODONTOLÓGICO DE INTERESSE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE/CE.

2.3. Justificativa:

A justificativa da necessidade do objeto e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico constante dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, anexo ao presente documento.

2.4. Do Plano de Contratação Anual - PCA:

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- ID do PCA no PNCP: 23555196000186-0-000001/2025.
- ID da(s) DFD(S) no PCA constante do PNCP: 314/2024.
- Data de publicação no PNCP: 15/07/2024.

2.5. Descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto:

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico constante dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, anexo ao presente procedimento administrativo.

3. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DOS RECURSOS FINANCEIROS E ESTIMATIVA DA DESPESA

3.1. As despesas resultantes do presente objeto correrão a conta da seguinte classificação orçamentária:

ÓRGÃO	UNIDADE ORÇ.	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA/P-A/Nº DO	FONTE	ELEMENTO DE DESPESAS	VALOR ESTIMADO
-------	--------------	--------------------------------------	-------	----------------------	----------------



		PROJETO-ATIVIDADE			
05	01	10 301 0009 2.022	1500100200 1600000000	3.3.90.30.00	R\$ 8.889.931,58
05	01	10 302 0010 2.024	1500100200 1600000000	3.3.90.30.00	R\$ 2.345.088,15
05	01	10 302 0010 2.025	1500100200 1600000000	3.3.90.30.00	R\$ 4.739.406,81
05	01	10 302 0010 2.027	1500100200 1600000000	3.3.90.30.00	R\$ 241.666,56
05	01	10 302 0036 2.028	1500100200 1600000000	3.3.90.30.00	R\$ 2.138.278,62
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 18.354.371,72

3.2. Valor global estimado:

R\$ 18.354.371,72 (DEZOITO MILHÕES TREZENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL, TREZENTOS E SETENTA E UM REAIS SETENTA E DOIS CENTAVOS).

3.3. Justificativa quanto ao sigilo do orçamento:

Não se aplica. A Lei 14.133/2021, em seu Art. 5º trata que a publicidade dos atos administrativos é fundamental para garantir a transparência na gestão pública. Neste quesito, temos que considerar a natureza comum do objeto a ser adquirido pela administração pública, que torna o sigilo do orçamento inadequado e desvantajoso ao interesse público. Portanto, não cabe aplicação de sigilo ao orçamento. Importante ressaltar que a disponibilização de informações orçamentárias contribui para a política de dados abertos, facilita o acesso à informação e promove uma administração pública mais eficiente, permitindo o controle social, bem como a ampliação da disputa e competitividade.

3.4. Metodologia do orçamento:

Orçamento baseado em pesquisas de preços realizadas pelo Departamento de Material e Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, conforme relatório e Mapa Comparativo de Preços anexo aos autos, e ratificado pela Comissão Central de Compras do Município.

4. REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Os critérios de sustentabilidade serão aqueles que, eventualmente, estarão descritos na descrição da especificação dos itens do objeto, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. No mais, o município ainda não dispõe de norma própria correspondente a tal temática, limitando-se tais exigências a construção das especificações, quando for o caso e ou as rotinas de fiscalização e padrões de desempenho, as quais analisarão tais requisitos, quando exigidos.

4.2. Indicação de marcas ou modelo:

4.2.1. Sim, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar – ETP.

Aos itens de nº Itens “838- PAS PARA DEA ADULTO (ELETRODO)” e “840-PAS PARA DEA INFANTIL (ELETRODO)”, ambos do LOTE 57 – AMPLA PARTICIPAÇÃO; “846- PAS PARA DEA ADULTO (ELETRODO)” e “848-PAS PARA DEA INFANTIL (ELETRODO)”, ambos do LOTE 58: COTA RESERVADA P/ ME/EPP

4.3. Da vedação de utilização de marca/produto

4.3.1. Não se aplica, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar - ETP

4.4. Da exigência de amostra:

4.4.1. Não se aplica, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

4.5. Da subcontratação:



4.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme previsão constante do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

4.6. Garantia da contratação:

4.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação consoante os dispostos nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, bem como, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

5. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA/FORNECIMENTO

5.1. Local de entrega do Objeto

5.1.1. Os produtos serão entregues pela CONTRATADA no(a) CAF - Central de Abastecimento Farmaceutico (Secretaria de Saúde) do Município de Horizonte, situado a Avenida Presidente Castelo Branco, 3600, Centro, Horizonte, Ceará.

5.2. Forma de entrega, acompanhamento e fiscalização da entrega

5.2.1. O fornecimento dos produtos licitados deverá ser feito de forma fracionada, conforme demanda, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas de **ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO**, pelo órgão demandante, constando a relação e a quantidade de itens a serem entregues.

5.2.2. **O prazo de validade mínima dos produtos entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses a contar da data de recebimento dos mesmos.**

5.2.3. A entrega dos itens será acompanhada e fiscalizada por servidor do órgão demandante, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

5.2.4. A presença da fiscalização do órgão demandante não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

5.2.5. Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer bem que não esteja de acordo com as exigências, bem como, determinar prazo para substituição do item eventualmente fora de especificação.

5.3. Prazo para entrega

5.3.1. Os produtos deverão ser entregues em até **15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS**, a contar da emissão da **Ordem de Compra/Nota de Empenho, que será enviada à contratada através de e-mail** ou outro meio que comprove o seu recebimento.

5.3.2. A demanda correspondente a **ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO** deverá ser entregue em remessa única.

5.3.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3.4. Os produtos deverão ser entregues no endereço constante da **ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO**, podendo ocorrer em todo o município de HORIZONTE/CE.

5.3.5. **O prazo de validade mínima dos produtos entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses a contar da data de recebimento dos mesmos.**

6. DA FORMA DE RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

6.1. Da forma de recebimento (provisório e definitivo)

6.1.1. Os produtos serão recebidos **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



6.1.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.3. O recebimento **definitivo** ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

6.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.1.9. Pós conclusão dos procedimentos quanto ao recebimento, serão realizados os atos correspondentes a liquidação e pagamento da despesa.

6.2. Forma de pagamento

6.2.1. A liquidação e o pagamento da despesa será efetuado em até **30 (trinta) dias** a contar do recebimento definitivo dos produtos, através de atesto do recebimento dos produtos e o encaminhamento da documentação necessária, devendo ser observado, ainda, os normativos internos correspondentes ao processo de pagamento e as disposições pactuadas, bem como, a ordem cronológica de pagamentos.

6.2.2. Para fins de instrução dos procedimentos de pagamento, além dos documentos citados no subitem anterior, o fornecedor deverá enviar obrigatoriamente a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constante da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- b) Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive em relação as contribuições sociais;
- c) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal;
- e) Prova de Regularidade relativa ao FGTS;
- f) Prova de Regularidade relativa à Justiça do trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT).

6.2.3. O setor competente quanto aos pagamentos realizará a consulta dos documentos apresentados por meio de verificação on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 6.2.4.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;



6.2.4.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.2.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.2.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.2.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.2.11. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.2.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará por **12 (DOZE) MESES**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de contrato de fornecimento contínuo.

7.2. O fornecimento dos produtos descritos é enquadrada como continuada tendo em vista que a interrupção ou suspensão do fornecimento podem comprometer a manutenção dos serviços de saúde uma vez que a falta de material médico, hospitalar e odontológico, impactam negativamente na consecução dos objetivos institucionais desta Secretaria de Saúde. Uma vez que, os insumos são necessários e devem se estender por mais de um exercício financeiro, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando o Estudo Técnico Preliminar realizado para a presente demanda.

8. REQUISITOS ESPECÍFICOS DO PROCEDIMENTO

8.1. Da forma de apresentação das propostas

8.1.1. Na proposta de preços deverá constar as especificações detalhadas do item, quantidade solicitada, marca, o valor unitário e total, já considerando todas as despesas, tributos, impostos, taxas, encargos e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam registrados neste documento.



8.1.2.A licitante deverá garantir a entrega dos itens sem qualquer defeito de fabricação, e se caso constatado alguma imperfeição, terão os itens devolvidos e a licitante submetida às penalidades da Lei, além do registro da falha no Cadastro de Fornecedores Municipais.

8.1.3.Será considerada vencedora a licitante cuja proposta contenha o **MENOR PREÇO POR LOTE**, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência.

8.1.4.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá, preferencialmente, obedecer ao seguinte parâmetro:

Critério de julgamento	Valor unitário estimado	Intervalo limite de lance
Item isolado e ou Item pertencente a grupo de itens/ lote	De R\$ 0,01 até R\$ 100,00	Até R\$ 0,01
	Acima R\$ 100,00 até R\$ 1.000,00	Até R\$ 10,00
	Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 100.000,00	Até R\$ 100,00
	Acima de R\$ 100.000,00	Até R\$ 1.000,00

Justificativa quanto a fixação dos intervalos: Esses valores foram baseados no histórico de disputas realizadas pelo município, onde, observou-se que, em julgamentos realizados por valores de baixo vulto, a oferta, via de regra, ocorre pelo valor mínimo a ser ofertado pela plataforma, prejudicando, daí, que os licitantes ofertem melhores condições de proposta e lances mais adequados ao valor unitário do item, protelando a disputa e não trazendo ganho efetivo a economicidade buscada. Ademais, a fixação dos valores acima mencionados será tida como um referencial, podendo ao agente, ante ao caso concreto, realizar as devidas adequações se assim entender. Por fim, a estipulação dos mencionados limites de intervalos de lances também visa a padronização dos termos e condições da disputa e dos instrumentos convocatórios da Administração.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de fornecimento será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



9.8. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

9.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

9.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra/note de empenho, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.20. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

9.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:



10.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório da Lei N.º 14.133.

10.2. São obrigações do contratante, nos termos do art. 92, X, XI e XIV da Lei Federal n.º 14.133/21:

10.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

10.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

10.2.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

10.2.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

10.2.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

10.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.2.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021 e o art. 28, do Decreto n.º 11.246, de 2022, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.2.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.2.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.2.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2.14. Indicar o local e horário em que deverão ser entregues os produtos/materiais/equipamentos.

10.2.15. Permitir ao pessoal da CONTRATADA acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança.

10.3. São obrigações do contratado, nos termos do art. 92, XIV, XVI e XVII da Lei Federal n.º 14.133/21:

10.3.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso.

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990).



- c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- g) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- j) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.
- q) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.



r) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, se for o caso, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

s) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

t) Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

u) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

v) Assinar e devolver a ordem de compra ao Município de HORIZONTE/CE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.

w) Entregar os itens licitados no prazo máximo estabelecido no termo de referência, contados do recebimento da ordem de compra, nos locais determinados pelo órgão solicitante, observando rigorosamente as especificações contidas no termo de referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato.

x) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

y) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

z) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125º da Lei n.º 14.133/21.

aa) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de HORIZONTE/CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

bb) No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas no termo de referência, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

h) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

i) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou



- b.4) deixar de apresentar amostra;
- b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- j) não celebrar ata de registro de preços e o contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- k) recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata de registro de preço ou contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- l) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- m) fraudar a licitação;
- n) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - o) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - p) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - q) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - r) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - s) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.1.1. Serão aplicadas ao licitante/adjudicatário que incorrer nas infrações acima descritas, garantida a defesa prévia, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.1.3. Para fins de dosimetria e cálculo das penalidades acima impostas, estas tomarão como base os parâmetros delineados no tópico a seguir.

11.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que, com dolo ou culpa:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



11.2.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) **Multa**:

d.1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

d.2) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.2.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.2.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.2.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.2.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.2.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.2.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação

Página 45 de 533



coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.2.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.4.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.4.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.5.5. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



12.5.6. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.7. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 450/2023.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

14. DO REAJUSTAMENTO, ATUALIZAÇÃO E REEQUILÍBRIO

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento (Mapa de preços), estimado em 09/01/2025.

14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. De acordo com o caso concreto, poderá ser utilizado outro índice específico ou setorial ao já definido, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14.9. Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro serão respondidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, observada a vigência contratual.

15. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo(s) órgão(s) demandante(s), segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, nos regulamentos e normas locais específicas, nas normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais em Direito Admitidas.



16. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

16.1. A LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial a regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018, empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário.

16.2. A LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.

16.3. É vedado a LICITANTE a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As Partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

16.4. A LICITANTE será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao Município e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pela LICITANTE de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

16.5. O MUNICÍPIO e a LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

HORIZONTE/CE, 15 DE JANEIRO DE 2025.

UNIDADE TÉCNICA	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA DEMANDA
RESPONSÁV(EL)(IS) PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO: Valéria Soares de Oliveira Farmacêutica Eduardo Júnior Alves da Silva Coordenador de Gestão de Pessoas	RESPONSÁVEL/AUTORIDADE COMPETENTE DO ÓRGÃO: ANA CLÁUDIA DE FRANÇA MORAIS Secretária de Saúde Secretaria Municipal de Saúde

"Este documento é parte integrante e contém cópia fiel dos dados do Termo de Referência original, tendo sido reproduzido em formato digital para fins de atendimento a inserção eletrônica nos portais, contudo, fora baseado no documento de origem o qual repousa dos autos".



ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA
DEFINIÇÃO DOS LOTES E ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS

1. DOS ITENS/LOTES:

1.1. **Justificativa quanto ao quantitativo:** A definição dos quantitativos deu-se com base em levantamento pautado em consonância com a necessidade da possível contratação prospectada a longo prazo de vigência contratual, estipuladas por este órgão.

1.2. Os quantitativos totais estipulados, bem como, a definição dos parâmetros e quantitativos para efeitos de formulação de proposta de preços constam neste anexo

A) DOS QUANTITATIVOS TOTAIS DA LICITAÇÃO E FORMAÇÃO DOS LOTES

LOTE 1 – AMPLA PARTICIPAÇÃO						
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO NO CATÁLOGO	UNID	QTDE TOTAL	PR. UNIT.	TOTAL
1	CATETER - DE SEGURANÇA INTRAVENOSO PERIFÉRICO 18 G DO TIPO "POR FORA - DA - AGULHA", COM ASAS DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, DISPOSITIVO DE SEGURANÇA E 2 VIAS DE ACESSO, INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA PARA INFUSÕES DE MEDIA DURAÇÃO. POSSUI AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI - ANGULADO E TRIFACETADO CONECTADA AO MANDRIL GUIA E PUXADOR, TUBO VINÍLICO TRANSPARENTE E APIROGÊNICO. CALIBRE 18 G. EMBALADO INDIVIDUALMENTE COM ABERTURA EM PÉTALAS. CAIXA COM 100 UNIDADES.	437286	CAIXA	116	R\$ 154,12	R\$ 17.877,92
2	CATETER - DE SEGURANÇA INTRAVENOSO PERIFÉRICO 20 G DO TIPO "POR FORA - DA - AGULHA", COM ASAS DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, DISPOSITIVO DE SEGURANÇA E 2 VIAS DE ACESSO, INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA PARA INFUSÕES DE MEDIA DURAÇÃO. POSSUI AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI - ANGULADO E TRIFACETADO CONECTADA AO MANDRIL GUIA E PUXADOR, TUBO VINÍLICO TRANSPARENTE E APIROGÊNICO. CALIBRE 20 G. EMBALADO INDIVIDUALMENTE COM ABERTURA EM PÉTALAS. CAIXA COM 100 UNIDADES.	462126	CAIXA	212	R\$ 172,38	R\$ 36.544,56



PREFEITURA DE
HORIZONTE
O TRABALHO CONTINUA



3	CATETER - DE SEGURANÇA INTRAVENOSO PERIFÉRICO 22 G DO TIPO "POR FORA - DA - AGULHA", COM ASAS DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, DISPOSITIVO DE SEGURANÇA E 2 VIAS DE ACESSO, INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO. POSSUI AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI - ANGULADO E TRIFACETADO CONECTADA AO MANDRIL GUIA E PUXADOR, TUBO VINÍLICO TRANSPARENTE E APIROGÊNICO. CALIBRE 22 G. EMBALADO INDIVIDUALMENTE COM ABERTURA EM PÉTALAS. CAIXA COM 100 UNIDADES.	NÃO LOCALIZADO	CAIXA	231	R\$ 165,86	R\$ 38.313,66
4	CATETER - DE SEGURANÇA INTRAVENOSO PERIFÉRICO 24 G DO TIPO "POR FORA - DA - AGULHA", COM ASAS DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, DISPOSITIVO DE SEGURANÇA E 2 VIAS DE ACESSO, INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO. POSSUI AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI - ANGULADO E TRIFACETADO CONECTADA AO MANDRIL GUIA E PUXADOR, TUBO VINÍLICO TRANSPARENTE E APIROGÊNICO. CALIBRE 24 G. EMBALADO INDIVIDUALMENTE COM ABERTURA EM PÉTALAS. CAIXA COM 100 UNIDADES	NÃO LOCALIZADO	CAIXA	199	R\$ 219,91	R\$ 43.762,09
5	CATETER INTRAVENOSO DESCARTÁVEL Nº14G/45 MM 2,10MM/ 270 ML/MIN, CATETER INTRAVENOSO INDICADO PARA TERAPIA INTRAVASCULAR PERIFÉRICA, EM INFUSÕES DE MÉDIA PERMANÊNCIA; CÂNULA EXTERNA EM TEFLON, COM PAREDES FINAS, FLEXÍVEL E SILICONIZADA; CÂNULA DA AGULHA EM AÇO INOXIDÁVEL, BISEL TRIFACETADO E CURTO; CÂMERA DE REFLUXO FOSCA; ADAPTADOR LUER-LOCK; ATÓXICA, APIROGÊNICA, ATRAUMÁTICA E DESCARTÁVEL; TAMPA PROTETORA DA AGULHA EM PVC; EMBALADOS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO OU TERMO PLÁSTICO COM ABERTURA EM PÉTALA; ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	NÃO LOCALIZADO	CAIXA	26	R\$ 105,15	R\$ 2.733,90



PREFEITURA DE
HORIZONTE
O TRABALHO CONTINUA



6	CATÉTER INTRAVENOSO PERIFÉRICO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA/PROTEÇÃO, ESCARTÁVEL, EM POLIURETANO - 16G, ESTÉRIL, APIROGÊNICO, ATÓXICO, COM AGULHA ATRAUMÁTICA E TRIFACETADA. CÂNULA COM TIRAS RADIOPAÇAS, BIOCOMPATÍVEL, COM SUPERFÍCIE LISA, FLEXÍVEL; CÂMARA DE REFLUXO TRANSPARENTE E COM FILTRO HIDRÓFOTO. COM SISTEMA DE SEGURANÇA QUE PROTEGE O BISEL DA AGULHA, CONFORME NBR 32. O CANHÃO DEVE SER DE PLÁSTICO E OBEDECER O CÓDIGO DE CORES PARA IDENTIFICAÇÃO DO CALIBRE. DEVE SER DE FÁCIL INSERÇÃO E PERMITIR O USO PROLONGADO. EMBALAGEM UNITÁRIA DE ACORDO COM O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA FABRICAÇÃO, VALIDADE, E IDENTIFICAÇÃO DO LOTE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	NÃO LOCALIZADO	CAIXA	26	R\$ 121,31	R\$ 3.154,06
7	CATETER P/OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS; CONFECCIONADO EM P.V.C. ATÓXICO E FLEXÍVEL. EXCELENTES NÍVEIS DE PROVEITAMENTO, DEVIDO À PERFEITA ADAPTAÇÃO DO CONECTOR A CAVIDADE NASAL DO PACIENTE. AJUSTE PRECISO DO ENSIONADOR, FLEXIBILIDADE DO TUBO. EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO/FILME DE POLIÉSTER. ESTERILIZAÇÃO: GÁS OXIDO DE ETILENO.	621758	UNIDADES	6.720	R\$ 1,02	R\$ 6.854,40
8	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL DUPLO LÚMEN 4FR X 13CM- 22GA X 22 GA APROXIMADAMENTE - TÉCNICA DE SELDINGÜER - COM LINHA DE EXTENSÃO DUPLO LÚMEN, CONFECCIONADO EM POLIURETANO RADIOPACO, COMPOSTO DE GUIA METÁLICO 0,32", DILATADOR, SERINGA, AGULHA, INTRODUTOR FIXADOR DO CATÉTER, TAMPA REMOVÍVEL, CONECÇÃO LUER LOCK E DEMARCAÇÃO CM A CM. ATRAUMÁTICO. ESTÉRIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ABERTURA EM PÉTALA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	437296	UNIDADES	80	R\$ 64,00	R\$ 5.120,00
9	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL DUPLO LÚMEN 4FR X 8 CM- 22GA X 22 GA APROXIMADAMENTE - TÉCNICA DE SELDINGÜER - COM LINHA DE EXTENSÃO DUPLO LÚMEN, CONFECCIONADO EM POLIURETANO RADIOPACO, COMPOSTO DE GUIA METÁLICO 0,32", DILATADOR,	462126	UNIDADES	40	R\$ 87,60	R\$ 3.504,00



	SERINGA, AGULHA, INTRODUTOR FIXADOR DO CATÉTER, TAMP REMOVÍVEL, CONECÇÃO LUER LOCK E DEMARCAÇÃO CM A CM. ATRAUMÁTICO. ESTÉRIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ABERTURA EM PÉTALA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.					
10	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL DUPLO LÚMEN 5FR X 13 CM-18GA X 20 GA APROXIMADAMENTE - TÉCNICA DE SELDINGÜER - COM LINHA DE EXTENSÃO DUPLO LÚMEN, CONFECCIONADO EM POLIURETANO RADIOPACO, COMPOSTO DE GUIA METÁLICO 0,32", DILATADOR, SERINGA, AGULHA, INTRODUTOR FIXADOR DO CATÉTER, TAMP REMOVÍVEL, CONECÇÃO LUER LOCK E DEMARCAÇÃO CM A CM. ATRAUMÁTICO. ESTÉRIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ABERTURA EM PÉTALA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	461424	UNIDADES	80	R\$ 86,90	R\$ 6.952,00
11	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL DUPLO LÚMEN 7FR X 16 CM-14GA X 18 GA APROXIMADAMENTE - TÉCNICA DE SELDINGÜER - COM LINHA DE EXTENSÃO DUPLO LÚMEN, CONFECCIONADO EM POLIURETANO RADIOPACO, COMPOSTO DE GUIA METÁLICO 0,32", DILATADOR, SERINGA, AGULHA, INTRODUTOR FIXADOR DO CATÉTER, TAMP REMOVÍVEL, CONECÇÃO LUER LOCK E DEMARCAÇÃO CM A CM. ATRAUMÁTICO. ESTÉRIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ABERTURA EM PÉTALA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	437301	UNIDADES	80	R\$ 119,80	R\$ 9.584,00
12	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL DUPLO LÚMEN 7FR X 20CM-16GA X 16GA APROXIMADAMENTE - TÉCNICA DE SELDINGÜER - COM LINHA DE EXTENSÃO DUPLO LÚMEN, CONFECCIONADO EM POLIURETANO RADIOPACO, COMPOSTO DE GUIA METÁLICO 0,32", DILATADOR, SERINGA, AGULHA, INTRODUTOR FIXADOR DO CATÉTER, TAMP REMOVÍVEL, CONECÇÃO LUER LOCK E DEMARCAÇÃO CM A CM. ATRAUMÁTICO. ESTÉRIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ABERTURA EM PÉTALA COM DADOS DE	437370	UNIDADES	80	R\$ 118,50	R\$ 9.480,00



PREFEITURA DE
HORIZONTE
O TRABALHO CONTINUA



	IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.					
13	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL DUPLO LÚMEN 7FR X 60 CM-14GA X 18 GA APROXIMADAMENTE - TÉCNICA DE SELDINGÜER - COM LINHA DE EXTENSÃO DUPLO LÚMEN, CONFECCIONADO EM POLIURETANO RADIOPACO, COMPOSTO DE GUIA METÁLICO 0,32", DILATADOR, SERINGA, AGULHA, INTRODUTOR FIXADOR DO CATÉTER, TAMPA REMOVÍVEL, CONECÇÃO LUER LOCK E DEMARCAÇÃO CM A CM. ATRAUMÁTICO. ESTÉRIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ABERTURA EM PÉTALA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	437299	UNIDADES	160	R\$ 76,24	R\$ 12.198,40
14	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL DUPLO LÚMEN 8FR X 16 CM-14GA X 14 GA APROXIMADAMENTE - TÉCNICA DE SELDINGÜER - COM LINHA DE EXTENSÃO DUPLO LÚMEN, CONFECCIONADO EM POLIURETANO RADIOPACO, COMPOSTO DE GUIA METÁLICO 0,32", DILATADOR, SERINGA, AGULHA, INTRODUTOR FIXADOR DO CATETER, TAMPA REMOVÍVEL, CONECÇÃO LUER LOCK E DEMARCAÇÃO CM A CM. ATRAUMÁTICO. ESTÉRIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ABERTURA EM PÉTALA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	437300	UNIDADES	80	R\$ 78,00	R\$ 6.240,00
15	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL DUPLO LÚMEN 8FR X 20 CM-14GA X 14 GA APROXIMADAMENTE - TÉCNICA DE SELDINGÜER - COM LINHA DE EXTENSÃO DUPLO LÚMEN, CONFECCIONADO EM POLIURETANO RADIOPACO, COMPOSTO DE GUIA METÁLICO 0,32", DILATADOR, SERINGA, AGULHA, INTRODUTOR FIXADOR DO CATETER, TAMPA REMOVÍVEL, CONECÇÃO LUER LOCK E DEMARCAÇÃO CM A CM. ATRAUMÁTICO. ESTÉRIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ABERTURA EM PÉTALA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	469236	UNIDADES	80	R\$ 79,44	R\$ 6.355,20
16	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL SINGLE LUMEN 14GA X 20	439933	UNIDADES	160	R\$ 84,44	R\$ 13.510,40



PREFEITURA DE
HORIZONTE
O TRABALHO CONTINUA



17	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL SINGLE LUMEN 16GA X 20	NÃO LOCALIZADO	UNIDADES	80	R\$ 82,62	R\$ 6.609,60
18	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL SINGLE LUMEN 18GA X 20	NÃO LOCALIZADO	UNIDADES	80	R\$ 47,90	R\$ 3.832,00
19	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL SINGLE LUMEN 20GA X 12	NÃO LOCALIZADO	UNIDADES	80	R\$ 88,30	R\$ 7.064,00
20	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL SINGLE LUMEN 22GA X 10	NÃO LOCALIZADO	UNIDADES	80	R\$ 71,40	R\$ 5.712,00
21	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL SINGLE LUMEN 24GA X 9	NÃO LOCALIZADO	UNIDADES	80	R\$ 88,00	R\$ 7.040,00
22	CATETER URINÁRIO INTERMITENTE HIDROFÍLICO MASCULINO GENTLECATH GLIDE TAMANHO 12. (Caixa com/30 unidades)	NÃO LOCALIZADO	CAIXA	99	R\$ 15,10	R\$ 1.494,90
23	CATETER (SONDA) URETRAL HIDROFÍLICO, PRONTO PARA O USO, MASCULINO, CALIBRE CH12, COM PROPRIEDADE HIDROFÍLICA INCORPORADA EM TODA EXTENSÃO DO TUBO; CATETER COMPOSTO POR TUBO CONFECIONADO A BASE DE ELASTÔMERO PODE ADICIONADO DE ADITIVOS HIDROFÍLICOS, SEM REVESTIMENTO PEGAJOSO E/OU ADERENTE QUANDO SECO, FLEXÍVEL COM ORIFÍCIOS POLIDOS, E CONECTOR PLÁSTICO. CONTENDO SACHÊ DE ÁGUA ESTÉRIL, E MANGA DE PROTEÇÃO PARA O CATETERISMO PRECISO E SEM TOQUE, COM SUPORTE PARA O DEDO. PRODUTO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO E DE USO ÚNICO.	6515	UNIDADE	2.880	R\$ 18,30	R\$ 52.704,00
TOTAL PARA O LOTE 1 – AMPLA PARTICIPAÇÃO						R\$ 306.641,09

LOTE 2 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP						
Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações						
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO NO CATÁLOGO	UNID	QTDE TOTAL	PR. UNIT.	TOTAL
24	CATETER - DE SEGURANÇA INTRAVENOSO PERIFÉRICO 18 G DO TIPO "POR FORA - DA - AGULHA", COM ASAS DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, DISPOSITIVO DE SEGURANÇA E 2 VIAS DE ACESSO, INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO. POSSUI AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI - ANGULADO E TRIFACETADO CONECTADA AO MANDRIL GUIA E PUXADOR, TUBO VINÍLICO TRANSPARENTE E APIROGÊNICO. CALIBRE 18 G. EMBALADO INDIVIDUALMENTE COM ABERTURA EM PÉTALAS. CAIXA COM 100 UNIDADES.	437286	CAIXA	28	R\$ 154,12	R\$ 4.315,36



PREFEITURA DE
HORIZONTE
O TRABALHO CONTINUA



25	CATETER - DE SEGURANÇA INTRAVENOSO PERIFÉRICO 20 G DO TIPO "POR FORA - DA - AGULHA", COM ASAS DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, DISPOSITIVO DE SEGURANÇA E 2 VIAS DE ACESSO, INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA PARA INFUSÕES DE MEDIA DURAÇÃO. POSSUI AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI - ANGULADO E TRIFACETADO CONECTADA AO MANDRIL GUIA E PUXADOR, TUBO VINÍLICO TRANSPARENTE E APIROGÊNICO. CALIBRE 20 G. EMBALADO INDIVIDUALMENTE COM ABERTURA EM PÉTALAS. CAIXA COM 100 UNIDADES.	462126	CAIXA	52	R\$ 172,38	R\$ 8.963,76
26	CATETER - DE SEGURANÇA INTRAVENOSO PERIFÉRICO 22 G DO TIPO "POR FORA - DA - AGULHA", COM ASAS DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, DISPOSITIVO DE SEGURANÇA E 2 VIAS DE ACESSO, INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA PARA INFUSÕES DE MEDIA DURAÇÃO. POSSUI AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI - ANGULADO E TRIFACETADO CONECTADA AO MANDRIL GUIA E PUXADOR, TUBO VINÍLICO TRANSPARENTE E APIROGÊNICO. CALIBRE 22 G. EMBALADO INDIVIDUALMENTE COM ABERTURA EM PÉTALAS. CAIXA COM 100 UNIDADES.	NÃO LOCALIZADO	CAIXA	57	R\$ 165,86	R\$ 9.454,02
27	CATETER - DE SEGURANÇA INTRAVENOSO PERIFÉRICO 24 G DO TIPO "POR FORA - DA - AGULHA", COM ASAS DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, DISPOSITIVO DE SEGURANÇA E 2 VIAS DE ACESSO, INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA PARA INFUSÕES DE MEDIA DURAÇÃO. POSSUI AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI - ANGULADO E TRIFACETADO CONECTADA AO MANDRIL GUIA E PUXADOR, TUBO VINÍLICO TRANSPARENTE E APIROGÊNICO. CALIBRE 24 G. EMBALADO INDIVIDUALMENTE COM ABERTURA EM PÉTALAS. CAIXA COM 100 UNIDADES	NÃO LOCALIZADO	CAIXA	49	R\$ 219,91	R\$ 10.775,59
28	CATETER INTRAVENOSO DESCARTÁVEL Nº14G/45 MM 2,10MM/ 270 ML/MIN, CATETER INTRAVENOSO INDICADO PARA TERAPIA INTRAVASCULAR PERIFÉRICA, EM INFUSÕES DE MÉDIA PERMANÊNCIA; CÂNULA EXTERNA EM TEFLON, COM PAREDES FINAS, FLEXÍVEL E SILICONIZADA; CÂNULA DA AGULHA EM AÇO INOXIDÁVEL, BISEL TRIFACETADO E CURTO; CÂMERA DE REFLUXO FOSCA; ADAPTADOR LUER-LOCK; ATÓXICA, APIROGÊNICA, ATRAUMÁTICA E DESCARTÁVEL; TAMPA PROTETORA DA AGULHA EM PVC; EMBALADOS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO OU	NÃO LOCALIZADO	CAIXA	6	R\$ 105,15	R\$ 630,90



PREFEITURA DE
HORIZONTE
O TRABALHO CONTINUA



	TERMO PLÁSTICO COM ABERTURA EM PÉTALA; ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.CAIXA COM 100 UNIDADES.					
29	CATÉTER INTRAVENOSO PERIFÉRICO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA/PROTEÇÃO, ESCARTÁVEL, EM POLIURETANO - 16G, ESTÉRIL, APIROGÊNICO, ATÓXICO, COM AGULHA ATRAUMÁTICA E TRIFACETADA. CÂNULA COM TIRAS RADIOPACAS, BIOCOMPATÍVEL, COM SUPERFÍCIE LISA, FLEXÍVEL; CÂMARA DE REFLUXO TRANSPARENTE E COM FILTRO HIDRÓFOB. COM SISTEMA DE SEGURANÇA QUE PROTEGE O BISEL DA AGULHA, CONFORME NBR 32. O CANHÃO DEVE SER DE PLÁSTICO E OBEDECER O CÓDIGO DE CORES PARA IDENTIFICAÇÃO DO CALIBRE. DEVE SER DE FÁCIL INSERÇÃO E PERMITIR O USO PROLONGADO. EMBALAGEM UNITÁRIA DE ACORDO COM O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA FABRICAÇÃO, VALIDADE, E IDENTIFICAÇÃO DO LOTE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	NÃO LOCALIZADO	CAIXA	6	R\$ 121,31	R\$ 727,86
30	CATETER P/OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS; CONFECCIONADO EM P.V.C. ATÓXICO E FLEXÍVEL. EXCELENTES NÍVEIS DE PROVEITAMENTO, DEVIDO À PERFEITA ADAPTAÇÃO DO CONECTOR A CAVIDADE NASAL DO PACIENTE. AJUSTE PRECISO DO ENSIONADOR, FLEXIBILIDADE DO TUBO. EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO/FILME DE POLIÉSTER. ESTERILIZAÇÃO: GÁS OXIDO DE ETILENO.	621758	UNIDADES	1.680	R\$ 1,02	R\$ 1.713,60
31	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL DUPLO LÚMEN 4FR X 13CM-22GA X 22 GA APROXIMADAMENTE - TÉCNICA DE SELDINGÜER - COM LINHA DE EXTENSÃO DUPLO LÚMEN, CONFECCIONADO EM POLIURETANO RADIOPACO, COMPOSTO DE GUIA METÁLICO 0,32", DILATADOR, SERINGA, AGULHA, INTRODUTOR FIXADOR DO CATÉTER, TAMPA REMOVÍVEL, CONECÇÃO LUER LOCK E DEMARCAÇÃO CM A CM. ATRAUMÁTICO. ESTÉRIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ABERTURA EM PÉTALA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	437296	UNIDADES	20	R\$ 64,00	R\$ 1.280,00



PREFEITURA DE
HORIZONTE
O TRABALHO CONTINUA



32	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL DUPLO LÚMEN 4FR X 8 CM-22GA X 22 GA APROXIMADAMENTE - TÉCNICA DE SELDINGÜER - COM LINHA DE EXTENSÃO DUPLO LÚMEN, CONFECCIONADO EM POLIURETANO RADIOPACO, COMPOSTO DE GUIA METÁLICO 0,32", DILATADOR, SERINGA, AGULHA, INTRODUTOR FIXADOR DO CATÉTER, TAMPA REMOVÍVEL, CONECÇÃO LUER LOCK E DEMARCAÇÃO CM A CM. ATRAUMÁTICO. ESTÉRIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ABERTURA EM PÉTALA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	462126	UNIDADES	10	R\$ 87,60	R\$ 876,00
33	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL DUPLO LÚMEN 5FR X 13 CM-18GA X 20 GA APROXIMADAMENTE - TÉCNICA DE SELDINGÜER - COM LINHA DE EXTENSÃO DUPLO LÚMEN, CONFECCIONADO EM POLIURETANO RADIOPACO, COMPOSTO DE GUIA METÁLICO 0,32", DILATADOR, SERINGA, AGULHA, INTRODUTOR FIXADOR DO CATÉTER, TAMPA REMOVÍVEL, CONECÇÃO LUER LOCK E DEMARCAÇÃO CM A CM. ATRAUMÁTICO. ESTÉRIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ABERTURA EM PÉTALA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	461424	UNIDADES	20	R\$ 86,90	R\$ 1.738,00
34	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL DUPLO LÚMEN 7FR X 16 CM-14GA X 18 GA APROXIMADAMENTE - TÉCNICA DE SELDINGÜER - COM LINHA DE EXTENSÃO DUPLO LÚMEN, CONFECCIONADO EM POLIURETANO RADIOPACO, COMPOSTO DE GUIA METÁLICO 0,32", DILATADOR, SERINGA, AGULHA, INTRODUTOR FIXADOR DO CATÉTER, TAMPA REMOVÍVEL, CONECÇÃO LUER LOCK E DEMARCAÇÃO CM A CM. ATRAUMÁTICO. ESTÉRIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ABERTURA EM PÉTALA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	437301	UNIDADES	20	R\$ 119,80	R\$ 2.396,00



PREFEITURA DE
HORIZONTE
O TRABALHO CONTINUA



35	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL DUPLO LÚMEN 7FR X 20CM-16GA X 16GA APROXIMADAMENTE - TÉCNICA DE SELDINGÜER - COM LINHA DE EXTENSÃO DUPLO LÚMEN, CONFECCIONADO EM POLIURETANO RADIOPACO, COMPOSTO DE GUIA METÁLICO 0,32", DILATADOR, SERINGA, AGULHA, INTRODUTOR FIXADOR DO CATÉTER, TAMPA REMOVÍVEL, CONECÇÃO LUER LOCK E DEMARCAÇÃO CM A CM. ATRAUMÁTICO. ESTÉRIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ABERTURA EM PÉTALA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	437370	UNIDADES	20	R\$ 118,50	R\$ 2.370,00
36	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL DUPLO LÚMEN 7FR X 60 CM-14GA X 18 GA APROXIMADAMENTE - TÉCNICA DE SELDINGÜER - COM LINHA DE EXTENSÃO DUPLO LÚMEN, CONFECCIONADO EM POLIURETANO RADIOPACO, COMPOSTO DE GUIA METÁLICO 0,32", DILATADOR, SERINGA, AGULHA, INTRODUTOR FIXADOR DO CATÉTER, TAMPA REMOVÍVEL, CONECÇÃO LUER LOCK E DEMARCAÇÃO CM A CM. ATRAUMÁTICO. ESTÉRIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ABERTURA EM PÉTALA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	437299	UNIDADES	40	R\$ 76,24	R\$ 3.049,60
37	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL DUPLO LÚMEN 8FR X 16 CM-14GA X 14 GA APROXIMADAMENTE - TÉCNICA DE SELDINGÜER - COM LINHA DE EXTENSÃO DUPLO LÚMEN, CONFECCIONADO EM POLIURETANO RADIOPACO, COMPOSTO DE GUIA METÁLICO 0,32", DILATADOR, SERINGA, AGULHA, INTRODUTOR FIXADOR DO CATETER, TAMPA REMOVÍVEL, CONECÇÃO LUER LOCK E DEMARCAÇÃO CM A CM. ATRAUMÁTICO. ESTÉRIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ABERTURA EM PÉTALA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	437300	UNIDADES	20	R\$ 78,00	R\$ 1.560,00



PREFEITURA DE
HORIZONTE
O TRABALHO CONTINUA



38	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL DUPLO LÚMEN 8FR X 20 CM-14GA X 14 GA APROXIMADAMENTE - TÉCNICA DE SELDINGÜER - COM LINHA DE EXTENSÃO DUPLO LÚMEN, CONFECCIONADO EM POLIURETANO RADIOPACO, COMPOSTO DE GUIA METÁLICO 0,32", DILATADOR, SERINGA, AGULHA, INTRODUTOR FIXADOR DO CATETER, TAMPA REMOVÍVEL, CONECÇÃO LUER LOCK E DEMARCAÇÃO CM A CM. ATRAUMÁTICO. ESTÉRIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ABERTURA EM PÉTALA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	469236	UNIDADES	20	R\$ 79,44	R\$ 1.588,80
39	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL SINGLE LUMEN 14GA X 20	439933	UNIDADES	40	R\$ 84,44	R\$ 3.377,60
40	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL SINGLE LUMEN 16GA X 20	NÃO LOCALIZADO	UNIDADES	20	R\$ 82,62	R\$ 1.652,40
41	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL SINGLE LUMEN 18GA X 20	NÃO LOCALIZADO	UNIDADES	20	R\$ 47,90	R\$ 958,00
42	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL SINGLE LUMEN 20GA X 12	NÃO LOCALIZADO	UNIDADES	20	R\$ 88,30	R\$ 1.766,00
43	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL SINGLE LUMEN 22GA X 10	NÃO LOCALIZADO	UNIDADES	20	R\$ 71,40	R\$ 1.428,00
44	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL SINGLE LUMEN 24GA X 9	NÃO LOCALIZADO	UNIDADES	20	R\$ 88,00	R\$ 1.760,00
45	CATETER URINÁRIO INTERMITENTE MASCULINO GENTLECATH GLIDE TAMANHO 12. (Caixa com/30 unidades)	NÃO LOCALIZADO	CAIXA	24	R\$ 15,10	R\$ 362,40
46	CATETER (SONDA) URETRAL HIDROFÍLICO, PRONTO PARA O USO, MASCULINO, CALIBRE CH12, COM PROPRIEDADE HIDROFÍLICA INCORPORADA EM TODA EXTENSÃO DO TUBO; CATETER COMPOSTO POR TUBO CONFECCIONADO A BASE DE ELASTÔMERO PODE ADICIONADO DE ADITIVOS HIDROFÍLICOS, SEM REVESTIMENTO PEGAJOSO E/OU ADERENTE QUANDO SECO, FLEXÍVEL COM ORIFÍCIOS POLIDOS, E CONECTOR PLÁSTICO. CONTENDO SACHÊ DE ÁGUA ESTÉRIL, E MANGA DE PROTEÇÃO PARA O CATETERISMO PRECISO E SEM TOQUE, COM SUPORTE PARA O DEDO. PRODUTO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO E DE USO ÚNICO.	6515	UNIDADE	720	R\$ 18,30	R\$ 13.176,00
TOTAL PARA O LOTE 2 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações						R\$ 75.919,89